

# O enigma de Canudos

José Arthur Rios\*

Conferência proferida no Simpósio "Centenário de Canudos (1897-1997)"

**D**ecorrido um século da tomada e destruição do arraial de Canudos, a 3 de outubro de 1897, muita coisa dessa luta fratricida permanece ainda em mistério. Razão tinha Euclides da Cunha ao rabis-car no seu *Diário*, esboço da obra definitiva: *Há, em toda esta luta uma feição misteriosa que deve ser desvendada*. Para desvendá-la escreveu *Os Sertões*. Mas o enigma permanece.

Inúmeras as questões em aberto. Quem, por exemplo,

fornecia armas aos jagunços? De onde provinham? Boquejava-se que haviam resultado do botim das primeiras expedições desbaratadas. Parece que até os combates de Uauá, em novembro de 1896, o armamento dos homens do Conselheiro era dos mais primitivos. Antes de iniciar a arremetida que lhe seria fatal, o Coronel Moreira Cezar, de triste memória, brandindo uma espingarda picapau, tomada ao inimigo, declarava que *inimigos mal armados e desmoralizados não poderiam resistir ao choque das forças republicanas*.<sup>1</sup> Poucos meses depois, tombava ferido e logo morria, sua tropa em debandada confusa, caatinga adentro, num dos episódios

mais lamentáveis da campanha.

Quando o Major Febro-nio de Brito atacou Canudos *ao seu encontro marcharam mais de quatro mil homens... uns seiscentos bem armados com espingardas modernas, os outros possuíam bacas-martes*. É do Tenente Macedo Soares a observação e sabia do que falava.<sup>2</sup> É ele que consigna ainda a ótima pontaria dos jagunços, — o que, no seu entender, demonstrava que *àquela época já existia em Canudos um bom núcleo de indivíduos conhecedores das modernas carabinas, cujo uso demanda certa prática*.<sup>3</sup>

Em agosto de 1897, o General Arthur Oscar, em telegrama cifrado ao Ministro da Guerra indagava — ...

\* Sociólogo.

<sup>1</sup> Euclides da Cunha, *Caderneta de Campo*, S. Paulo, Cultrir MEC, 1975, p. 106.

<sup>2</sup> Euclides da Cunha, *Diário de uma Expedição*, ap. Jonas Correia in prefácio a Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, p. 44.

<sup>3</sup> *Ib.*, pp. 46-47.

por quem e como veio o armamento e munição que possuem, ponto capital que pretendo elucidar. Não o fez, mas alinhou conjeturas sobre a procedência das armas, – Europa ou República Argentina. Mostrou alguma munição a Euclides que sentenciou em seu *Diário: São de aço, semelhantes às das Mannlichers, algumas, outras completamente desconhecidas. São inegavelmente projéteis de armas modernas, que não possuímos.*<sup>4</sup>

Outro mistério seria a presença de estrangeiros no arraial, afirmada pela mesma autoridade. Teriam auxiliado o Conselheiro e até atuado de urbanistas, alinhando as ruas do chamado Bairro Nobre.<sup>5</sup> Seriam os invisíveis instrutores dos jagunços. Quem eram? Ninguém sabe.

A admirável resistência do reduto – até a última palhoça incendiada, até o último homem – tem sido matéria de farta cogitação. Que força os animava? Seria a defesa da monarquia ou a crença fanática à política ou a fé? Ao contrário da Juazeiro do Padre Cícero, que é transparente ao historiador

e ao sociólogo, Canudos é fugidia, opaca, misteriosa. Tentemos, pelo menos, equacionar o enigma, sem a pretensão de esclarecê-lo, marchando nas pegadas dos historiadores, nacionais e brasilianistas.

Duas correntes interpretativas se defrontam nessa historiografia. A primeira emana do próprio clássico de Euclides e esposa sua tese principal, a dos dois Brasis, – litoral versus sertão, cidade contra campo, – e ganhou longo curso aquém e além mar. Era a mesma de Sarmiento, na Argentina – civilização contra barbárie, razão contra fanatismo, brancos superiores contra mestiços desprezíveis. A outra tese, de boa votação, confere relevo social e político ao episódio, transformando o fanático do Belo Monte em adversário do capitalismo, até, quem sabe, precursor do revolucionarismo petista.

O próprio Euclides vacilou entre essas correntes e não é essa das menores ambigüidades de sua obra. Nela brigam duas versões da nossa história – a iluminista, que via a mestiçagem como força negativa, e a ufanista, que vê o sertanejo, produto dessa mestiçagem, como – um forte! À medida que

crece e luta, aumenta a perplexidade do escritor. Só chegou ao local do conflito, em agosto de 1897. Viu Canudos pela primeira vez, pouco menos de um mês antes de sua destruição. Por maior que fosse seu desejo obsessivo de precisão, tudo que escreveu resultou de conversas ouvidas, observações anotadas. Suas fortes imagens que marcaram nossa adolescência, construíram, na mesma medida, uma ideologia, de fundo florianista e jacobino, de mal digerida ciência e apressada interpretação, que só a obra de Gilberto Freyre, nos anos 30, iria, mal e mal, remover.

Em detrimento de observadores-participantes mais rigorosos, como o Tenente Macedo Soares e o jornalista Manoel Benício, difundiram-se como verdades, incertezas e mistérios que nutriram boa literatura – desde *Os jagunços*, de Afonso Arinos, até *A Guerra do Fim do Mundo*, do peruano Mario Vargas Llosa. Vão sobrepondo a uma realidade de mau gosto um imaginário mais palatável. Agora temos a consagração da sétima arte, com o filme de grandes proporções.

O Conselheiro, por sua vez, encarado pelo prisma da

<sup>4</sup> *Ib.*, p. 19.

<sup>5</sup> P. 45.

psiquiatria da época, só podia ser um caso patológico, decifrado *post mortem*, pela mão hábil de Nina Rodrigues, que lhe palpou as bossas do crânio e nela constatou o efeito da “loucura epidêmica de Canudos”, manifestando a *psicose progressiva (que) reflete as condições sociológicas do seu meio ambiente* – no que o alienista, baiano e mulato, produziu um dos mais puros exemplares de um gênero retórico muito fértil entre nós, que é o bestialógico.

Tudo isso proporcionava às classes governantes argumentos de defesa, a racionalização necessária. O levante de Canudos que teria sido um episódio entre outros, ao longo do século XIX, ganhou, pela feroz repressão, valor simbólico. Era a rejeição do progresso, da ciência, das luzes, em boa hora defendidas pelas baionetas e, como se deve, pela força. Hoje há quem o veja como continuação cabocla da Revolução Francesa, heróica rebelião popular contra o feudalismo dos campos; ou quem sabe, prenúncio da Revolução Russa, insurreição proletária, como já foi dito, na melhor dialética, contra a burguesia rural e urbana.

É preciso atentar para o quadro institucional que moldura o drama. Desdobrava-se, nessa última década do século XIX, a penosa transição da monarquia para a República. O radicalismo jacobinista sentindo-se agonizante, fazia de uma suposta conspiração monarquista seu alimento de sobrevivência e abanava, como tantas vezes depois aconteceu, a fogueira ardente do nacionalismo, contra imaginadas intervenções estrangeiras. O jacobinismo é a sombra antidemocrática do liberalismo que o precipita pelos caminhos do fanatismo às intransigências do puritanismo político ao governo dos comissários, enfim à ditadura militar e à eliminação do adversário. Escassos anos depois da Abolição, havia no ar e devia durar por muito tempo o temor da anarquia. Um dos seus focos seria o sertão, valhacouto de bandidos, foragidos à Justiça e de ex-escravos. A imprensa, pela primeira vez, foi acionada como instrumento desses pânicos.

Debatia-se a República com a primeira crise do nosso capitalismo rudimentar. O colapso do Encilhamento disparou a inflação que agravava o custo de vida,

desencorajava investimentos e abalava o crédito no exterior. O declínio nas exportações de café atingia particularmente os preços dos gêneros nas cidades, pressionados, ainda mais, pelos sem-trabalho do campo. A crise agrária que começara, insidiosa, em 1870, minava a economia, ameaçava o Governo, incapaz, como tantos outros que se lhe seguiram, de proceder às reformas necessárias. O Nordeste, a Bahia, sobre tudo isso, enfrentavam uma seca inclemente.

Era uma hora de reconstrução constitucional. O federalismo da Constituição de 91 agravava tensões políticas conferindo excessivo poder aos Estados, necessariamente aos mais fortes, enfraquecendo, do mesmo passo, a Federação. A saída seria, com Campos Salles, a política dos Governadores que, por sua vez, passaram a apoiar-se nas oligarquias estaduais, estas fortemente sustentadas, desde o Império, como viu Oliveira Vianna, nos clãs familiares que controlavam a propriedade da terra e careciam, para cultivá-la, do controle da mão-de-obra, agora precariamente livre.

Paradoxalmente, o Estado, no afã de modernizar-se,

estendia para o interior os fios do telégrafo e os trilhos das ferrovias, mas dependia, para subsistir, de uma instituição arcaica – os coronéis que, por sua vez, para se manter, usavam o trabuco e o cacete. Incapazes de lutar contra esse banditismo do interior, os governos estaduais deferiam essa função aos exércitos particulares dos coronéis, seus vassallos, com os quais estabeleciam, na paz armada das conciliações de fachada, todo um sistema de favores baseado no emprego público e na concessão de recursos para obras de interesse partidário. Por trás do liberalismo aparente da Constituição, era essa estrutura que pretendia garantir o país contra a temível anarquia e assegurar o funcionamento da máquina do Estado. Liberalismo, comentou Richard Graham, *significava favorecer as elites regionais em detrimento das elites nacionais*.

Dependia o Estado, como em todos os tempos, desde os antigos impérios, de sua capacidade de recrutar e tributar. Não por acaso, sempre foram pontos críticos no relacionamento da burocracia urbana com o povo rural – no Brasil, como na China e na Rússia. O patrimonialismo

em que repousavam as oligarquias interioranas não permitia o funcionamento desses mecanismos essenciais do Estado moderno que nelas buscava apoio e substância. Um dos pontos de rutura entre Antonio Conselheiro e a ordem vigente, e serviu de pretexto à repressão, foi a queima dos editais de cobrança de impostos no município de Bom Conselho. Outro foi a decretação do Censo e o casamento civil, trazido com a secularização.

Instaurada pela República, esta tocava fundo na alma dessa gente – nas suas esperanças. Não é possível entender Canudos sem olhar a questão religiosa, particularmente os dilemas da Igreja no Brasil. Iniciava-se, a partir de 1883, um programa disciplinar, visando a reforçar a autoridade dos Bispos, fortalecer a hierarquia e pôr cobro ao relaxamento de costumes do clero paróquial, resultante da precariedade de sua formação, da insuficiência de seu número e, principalmente, do isolamento em que viviam os sacerdotes no vasto interior. Meio século decorrido, em 1933, seriam cerca de 2.500 – em todo o país.

Nesses obstáculos esbarravam os esforços empreen-

didados nos pontificados de Pio IX (1846-1878) e de seu sucessor Leão XIII (1878-1897). Em 1887, 124 das 190 paróquias da Bahia não eram assistidas por sacerdote permanente. Temiam as autoridades eclesiásticas, embora a tivessem apoiado, que a separação entre a Igreja e o Estado, sancionada na Constituição, levasse a desvios na ortodoxia, a um deslize das populações na superstição e no sincretismo religioso. Os padres do interior pouca assistência recebiam. As visitas dos Bispos, dadas as enormes distâncias, ocorriam de ano em ano, seus contatos com as paróquias escassos. A formação dos padres era deficiente. Entre os seminários de Fortaleza e Olinda não havia concordância quanto ao perfil do sacerdote a formar – o primeiro insistindo no rigor disciplinar, o segundo, mais tolerante – o que, depois, foi mudado.

Procurava-se compensar essas carências pela introdução de clérigos e ordens europeus, muitos italianos e alemães, e pelas missões religiosas – de franciscanos, redentoristas, jesuítas, capuchinhos. As visitas percorriam o interior mais remoto, duravam mais ou menos

duas semanas. Começavam as orações e práticas horas antes do raiar do sol e encerravam-se, no fim do dia, pelas confissões, atos penitenciais e a administração dos sacramentos. O sermão, vozeado do púlpito, era o ponto alto da missão.

Contribuíam essas visitas a reforçar uma religiosidade implantada desde a colônia, de piedade ardente e práticas penitenciais, de ênfase na culpa e na expiação, ameaças apocalípticas e esperanças messiânicas. Corriam o sertão irmandades de penitentes que praticavam, aqui e acolá, a auto-flagelação. A longa dominação espanhola não parece ter sido estranha à propagação e à persistência, até hoje, bem documentada, de tais práticas, estranhas à sensibilidade religiosa portuguesa. O culto dos santos protetores e as romarias eram outras tantas manifestações dessa religiosidade, mantida ainda pelos beatos, que viviam pelo sertão, andarilhos e esmoleres, oferecendo serviços quase sacramentais e distribuindo, na linguagem mesma do povo, advertências e conselhos de moral rasteira, eles próprios conselheiros *avant la lettre*, que anunciavam, quando em

vez, o fim do mundo e a vinda próxima do Messias.

Esse cenário é essencial para entender Canudos, sua força, sua motivação. Mais importante que a mestiçagem, a dose de sangue indígena nessas populações, a mentalidade arcaica dos sertões – toda a cosmovisão, mitos e credices, usos e costumes do sertanejo. Sua religiosidade fervorosa era medieval – flagelações e penitências físicas, a expectativa próxima do Juízo Final, repetidamente anunciada – o que levou a diversos confrontos com alguns prelados que, repetidamente, condenaram tais credices e desautorizaram especificamente Antonio Conselheiro. Por outro lado, essa religião popular lhe trouxe multidão de aderentes e simpatizantes, no clero e no povo miúdo.

Dizia-se – na rua do Ouvidor e na imprensa floriantista – que o Conselheiro queria a volta da monarquia. Sem dúvida, mas não da monarquia burguesa, no estilo de D. Pedro II – e, sim, a de El-Rei D. Sebastião, afogada em sangue, em 1578, nas areias de Alcacer Kibir – o desejado, o esperado, o encoberto, hoje imortal na poesia de Fernando Pessoa –

quem não se lembra? – *Que importa o areal e a morte e a desventura/Se com Deus me guardei?/É o que eu me sonhei que eterno dura,/É esse que regressarei.* Essa a imagem dominante no espírito dos sequazes do Conselheiro.

Como os fanáticos do Rodeador, em Pernambuco, em 1817, os da Pedra Bonita, em 1838 – onde é bom lembrar, foram sacrificadas dezenas de vítimas inclusive crianças – mais tarde os do Contestado, – todos anunciavam a volta do Rei mártir, redentor e salvífico que traria consigo uma das muitas libertações pregadas, ao longo da história, pela visão messiânica – o que levou um estudioso a afirmar, com razão, que *a tradição milenarista, especialmente o sebastianismo, foi parte integrante da vida luso-brasileira durante o período colonial* – e não só, como vimos, nesses tempos.

O messianismo milenarista surge, a todo momento, quando ocorre o confronto entre uma cultura arcaica e uma civilização madura. A história linear e progressiva dos positivistas chocava-se, em Canudos, com a história cíclica dos milenaristas em que o futuro redentor se pro-

jeta no presente inefável, *hic et nunc*. Atitude da alma, o messianismo, segundo uma autoridade, é uma “contrafação da esperança”, em tempos conturbados uma espécie de tábua de salvação, cujo ponto de partida era o Apocalipse de São João e larga descendência na história medieval e moderna.

O nosso Antonio Conselheiro podia não ter acreditado na volta de D. Sebastião, como sustentam alguns. Mas o clima espiritual em que mergulhava a mente dos seus sequazes era sebastianista. *Sebastião já chegou/ conta muito regimento/ acabando com o civil/ e fazendo os casamentos/ Visita vem fazer/ Rei D. Sebastião/ Coitadinho daquele pobre/ que estiver na lei do cão.*<sup>6</sup> Atestam-no os versinhos encontrados em Canudos – mais toda a literatura de cordel nordestina, e orações e outras manifestações da religião popular.

O profeta de Canudos que Euclides viu, em retrato a carvão, barba hirsuta, cabelo revoltado, coberto de carrapatos, “bufão arrebatado numa visão do Apoca-

lipse”, também usava o sermão para se dirigir aos fiéis. Sua oratória era a mesma dos missionários. Misturava as Horas Marianas com trechos da *Missão Abreviada*, do Padre Couto, citações latinas, exortações à penitência e anúncios proféticos. Convocava à expiação e ao martírio, acendia para os ouvintes contritos as chamas do inferno, o risco da danação eterna. Combatia o vício, proibia, no arraial a prostituição e a cachaça. Era asceta e misógino.

Canudos, para ele, era um espaço de salvação, não uma utopia social. A comunidade messiânica difere da utópica por se apegar a uma visão transcendente, não a uma reforma do mundo. O Conselheiro nunca foi um rebelde, no sentido de Hobsbawn, muito menos um Robin Hood. Propunha um caminho de salvação, no melhor sentido medieval, não uma mudança da sociedade. E, esse não foi dos menores equívocos que levaram à sua destruição. “Só Deus é grande” – era sua frase favorita.

Antonio Mendes Maciel, cearense, nascera de “boa família”, de pai comerciante. Na escola aprendeu, mal e mal, como qualquer meni-

no de classe média, aritmética, português, geografia, francês e latim. Infeliz no primeiro casamento, pressionado por dívidas após a morte do pai e por sangrentos conflitos de famílias, tornou-se professor de crianças, depois caixeiro viajante e mascate. Até rábula foi. Depois de um segundo casamento malogrado, começa a perambular pelo interior do Ceará e de Pernambuco, revelando progressiva deterioração emocional, até que emerge, em 1870, no alto sertão baiano, pedinte e penitente – já como Antonio Conselheiro, graduação considerável para um simples beato.

Pregava e se dedicava a construir igrejas e cemitérios. Não há provas de que propagasse heresias. Nunca se intitulou Jesus Cristo ou profeta. Incomodava, porém, certos padres que, por algum motivo, começaram a solicitar das autoridades eclesiásticas providências contra ele. O que, talvez, se prendesse a uma medida de ordem geral que proibia a leigos pregar. Acolhia vítimas de injustiças e de arbitrariedades policiais. Muitas vezes esteve à beira da morte, devido a jejuns prolongados. O rosto era rígido,

<sup>6</sup> Euclides da Cunha, *Caderneta*, p. 59.

sem vida, *pálpebras descidas dentro de órbitas profundas... aspecto repugnante de desenterrado*. Mas multidões começavam a cercá-lo. Até que, após uma tentativa frustrada de fundar uma comunidade em duas fazendas abandonadas ao norte de Salvador, rompeu editais de imposto e seus seguidores foram atacados pela polícia em Masseté.

Era nos começos de 1893. Foi quando decidiu se estabelecer em Canudos, fazenda velha, no vale do Vaza Barris, alto sertão e começou a convocar seus adeptos. *A resposta*, narra um historiador, *foi espantosa e imediata. Fluxos de pessoas – indivíduos sozinhos, famílias inteiras e eventualmente toda a população de regiões circunvizinhas – seguiram-no até Canudos, deixando suas casas e pertences; alguns vendendo suas propriedades pelo que lhes ofereciam, carregando suas posses, móveis, altares portáteis*. Nem todos eram pobres. Algumas mulheres brancas “de famílias decentes” levaram consigo dinheiro, jóias e objetos de valor.

Assim nasceu a cidade sagrada, a comunidade messiânica. O que espanta – e alarmou a opinião pública –

foi precisamente seu crescimento. Em dois anos, tornou-se a segunda cidade, em população do Estado da Bahia, por sua vez, na época, o segundo Estado mais populoso do Brasil. Em meados da década de 1890, equivalia a mais de 10% da população de São Paulo. Seriam 35 mil almas espalhadas em 5 mil casebres de taipa, iguaizinhos às casas da gente pobre do sertão. Essa população abrangia migrantes do sexo masculino, de 15 a 30 anos e mulheres entre 20 e 30 anos, mais recém-nascidos e velhos sem forças para trabalhar. Atraiu famílias inteiras, padrão migratório só corrente em épocas de seca ou grande calamidade, como o recrutamento forçado, ou *razzias* de bandidos. Na primeira fase, havia maioria de mulheres, duas para cada homem, percentagem que aumentou nos últimos meses da resistência quando muitos homens morreram em combate ou deixaram o arraial. Executavam elas trabalhos pesados e, com a permissão do Conselheiro, também combatiam.

A maioria da população era mestiçada, de índios e negros. Algumas crianças, nas fotografias tomadas com

os soldados vencedores, surpreendem pela tez branca. Mais comuns seriam os mulatos e caboclos.

Mesmo durante a guerra, mantinham os pastos limpos e seguravam as cabras perdidas. Às margens do rio plantavam roças de legumes, milho, feijão, melancia, abóbora, melão, cana-de-açúcar, batatas. Durante os combates, os homens do Conselheiro carregavam uma mistura de farinha de mandioca com jiló, embrulhada em palha de milho. Touceiras de bananeiras, raras no sertão, cresciam no vale, como a mandioca. Possuíam um matadouro e armazéns para guardar os excedentes. Dentro da comunidade, havia um comércio regular de comestíveis e nas cercanias praticavam-se a horticultura e a criação de animais, bois, ovelhas e cabras. O comércio de peles de cabra dava lucro, ironicamente destinado a pagar a taxa de exportação cobrada pelo Governo do Estado.

Uma rua cortava a cidade pelo meio, mas uma rede de ruelas unia os casebres. Túneis subterrâneos faziam as vezes de casamatas, usavam-se os porões tanto para alojamento como para arsenal. No mais, armazéns, ce-

leiros, depósitos de armas e dois cemitérios. As igrejas davam para uma praça central, limitada de um lado pelo rio. A abundância de água, numa região castigada pela seca, contribuiu para a prolongada resistência. As escarpas em torno da cidade funcionavam como muralha natural. Os jagunços habilmente encaminhavam as tropas para a margem esquerda do rio, onde era impossível obter água potável, enquanto controlavam a “Lagoa do Sangue”, bem servida de água.

Assim era a Nova Jerusalém, segundo o Conselheiro, o primeiro degrau na escada do céu. A terra, os pastos, os produtos da agricultura rala, a todos pertenciam – como em tantas outras comunidades milenaristas. Os recém-chegados, começavam por entregar os magros pertences nas mãos do Conselheiro. A moral era secundária. Era desimportante, visto que o fim do mundo estava próximo e o essencial era a salvação das almas. A piedade era o cimento apertado dessa comunidade. Mas conviviam nos bandidos com

assomos de crueldade e sadismo. Mais importante que a ética era o jejum e as orações em comum, na praça central, ao cair da tarde. Começa então o “beija” das imagens dos santeiros e uma certa histeria coletiva se apossava da multidão. Mulheres tombavam em convulsões, crianças choravam, muitas desmaiavam.

A maioria dos conselheiristas provinham de populações rurais, das vilas e cidades vizinhas. Hábeis no rifle e na faca, conheciam a topografia da região, o que lhes permitiu vitórias sucessivas sobre a tropa. A designação de jagunços lhes foi dada com mais frequência, como sinônimo de cangaceiro ou bandido, o nosso urbano segurança. A distinção, porém, era tênue, num ambiente em que a violência política e o roubo de gado favoreciam o banditismo. O Conselheiro era cercado por uma guarda de 800 jagunços – a Guarda Católica – e suas necessidades pessoais ficavam aos cuidados de uma Santa Companhia, grupo de beatos que o protegiam. É de imaginar que, dentro do arcaial e à medida que as forças físicas do Conselheiro iam baixando crescesse o poder brutal dos bandidos,

como João Abade. E se diluíssem as diferenças de classe; porque muitos tinham propriedades e os que escaparam, com ou sem licença do Conselheiro, voltaram a seus sítios e propriedades. Antonio Vilanova, comerciante, cujos vales circulavam como moeda em Canudos, rumou para sua terra, o Ceará, onde morreu pacificamente em 1915.<sup>7</sup>

Devemos ao Tenente Henrique Duque Estrada de Macedo Soares, uma descrição fiel dos incidentes da última expedição e um retrato dos jagunços que conheceu não de oitiva, mas no corpo-a-corpo do combate. *O fanático de Canudos tinha geralmente aparência raquítica e anêmica, era nervoso e magro. O traje, uma camisa de algodão e calças da mesma fazenda azul, nos pés alpargatas e cobrindo a cabeça um gorro azul, com borla branca. Seria, precisou mais tarde, a vestimenta da guarda católica.*

*Como alimentação, prosseguia, julgava suficiente alguns bocados de farinha de mandioca e rapadura; em sua falta, contentava-se com as raízes e o fruto do imbu, o talo do xiquexique e outros exóticos produtos do sertão.*

<sup>7</sup> Ver outros in Robert M. Levine, *O Sertão Prometido, o massacre de Canudos* (tradução), S. Paulo, EDUSP, 1995.



*Em combate, tudo sacrificava à mobilidade que era de admirar; saltava de pedra em pedra como tigre, brigando, agachado ou deitado; nunca se expondo, nem mantendo posição permanente, de tiro em tiro, recuando ou avançando, dificultando o alvo aos soldados. Sem estar em terreno seguro, junto a uma árvore ou pedra onde se abrigasse e dali caçasse o adversário, não oferecia combate. Atacava de preferência os flancos e a retaguarda, voltando em torno dos batalhões, atrapalhando-os com o fogo cerrado.*

*Atiradores exímios, os fanáticos só alvejavam com a certeza de ferir sem abusar da munição, tiroteando com método e regularidade, pouco se lhes dava a chuva de balas que os soldados, sem a disciplina do fogo, lhes enviavam. Em qualquer circunstância morriam sem um gemido, convictos como estavam da causa que os absorvia.*

Consigna Macedo Soares o espanto da tropa vendo desmentida a versão ouvida em Salvador de que se tratava de “pobres diabos”, indigentes e mal armados. Ao contrário, seu armamento era moderno, carre-

gava, na bolsa até 300 cartuchos.

A obrigação dos crentes era viver segundo as leis de Deus. Nada de semelhante aos revivals dos negros do Sul americano, nem seus estados de transe descritos por Davenport. Viam-se como católicos. Sem missa nem sacramentos porque não tinham quem os assistisse. Tinham olhos fitos no futuro, esperando o Messias. Alguém perguntou a um “jaguncinho” aprisionado que promessa maravilhosa os mantinha fiéis ao Conselheiro, que esperavam dele: “Salvar nossas almas”.

No mais aceso do combate, à noite, desfilavam pelos becos da cidadela, sob o fogo inimigo, entoando ladainhas e sepultando os mortos. Não eram prisioneiros do seu chefe. Contatos com os municípios próximos eram frequentes. Muitos saíam para o trabalho diariamente. Ao contrário da descrição de Euclides, integravam-se na vida da região. Não foram, portanto, assinalados como hereges ou dissidentes, nem marcados com a pecha de estranhos pelos vizinhos. As queixas partiram de muito outro quadrante.

Era tradição que os fazendeiros sempre procuras-

sem segurar, em seus latifúndios, agrícolas ou pastoris, uma reserva de mão-de-obra sedentária, constituída tanto de posseiros como de jornaleiros. Por sua vez o sistema republicano, comandado pelos mesmos fazendeiros, na qualidade de coronéis, exigia um eleitorado dócil. Canudos abalava os dois sistemas – A “rebelião” desses vassallos forçados não tinha uma clara intenção e expressão revolucionária. Não pretendiam marchar contra a República. No máximo, rebeldes eram os bandidos que salteavam fazendas ou se alistavam a serviço dos coronéis. Acontece que, migrando para Canudos, os conselheiristas, inauguravam a pior forma de rebeldia. Sangravam o sistema roubando-lhe a força de trabalho e o poder eleitoral – o braço e o voto. Daí a reação dos fazendeiros que acionaram os coronéis e estes – os políticos.

A reação do Governador Luiz Viana é típica. A princípio apoiou o Conselheiro. Seus partidários protestaram contra o envio da polícia estadual para interceptar em Masseté um grupo de conselheiristas. Cícero Dantas Martins, adversário de Viana, o barão de

Geremoabo, grande fazendeiro e pessoa influente no Partido Republicano Constitucional (PRC) que tinha suas bases no interior foi, à princípio, do mesmo modo, tolerante com o Conselheiro, mas começou a mudar de atitude à medida que crescia a influência dele sobre a população local.

Quando Viana foi eleito governador do Estado, seus adversários o acusaram de favorecer o reduto anti-republicano de Canudos. Por sua vez, consolidada sua hegemonia sobre Salvador, Viana dispensava suas bases sertanejas e passou a dar ouvidos aos fazendeiros que pediam a intervenção no arraial. Ademais, rompiam por toda parte casos de banditismo, turbulências. O apregoado anti-monarquismo dos conselheiristas passou a ser estandarte e o denominador comum que consolidou a aliança entre o Governador Luiz Viana e os partidários de Geremoabo. A queima dos editais de arrecadação em praça pública deu o pretexto para o entendimento político. Viana pediu a intervenção federal. O Exército cumpriu sua função constitucional. Mas o estopim foi a recusa de um delegado de polícia, respaldado pelo Juiz

de Direito de Juazeiro, recusando-se a entregar aos conselheiristas um lote de madeira encomendado e pago. Reagiram os adeptos do Conselheiro, ameaçando tomar a madeira no braço. O Juiz telegrafou ao Governador pedindo força. Foi este que sofreu o revés de Uauá, em 24 de novembro de 1896. Assim começou a guerra que custou ao Exército 5 mil vidas. Quanto aos conselheiristas, *nenhum homem foi poupado*.

A Igreja, por sua vez, já solicitara uma ação das autoridades contra o reduto messiânico. O Arcebispo de Salvador, Dom Luis Antonio dos Santos, atendendo sem dúvida a reclamos de párocos locais, em 1887, pedira providências à autoridade estadual contra o Conselheiro que, segundo ele, *estaria causando grandes prejuízos à Igreja e ao Estado*. Em 1895, foi enviada ao arraial uma missão chefiada por Frei João Evangelista de Monte Marciano, capuchinho italiano, de boa fé, mas insciente das condições do sertão. Desentendeu-se com o Conselheiro e teve de partir às pressas.

Mais que pelo Exército, Antonio Conselheiro, foi derrotado por essa aliança

entre fazendeiros e políticos locais. Não era revolucionário, nem republicano, nem subversivo. A situação criada em Canudos era, no entanto, explosiva e imprevisíveis as conseqüências de um reduto de fanáticos, em expansão no interior da Bahia. O mesmo ocorrera em Pedra Bonita. Aconteceria mais tarde no Contestado. Não seria realista imaginar que o Estado brasileiro assistisse passivamente a uma sublevação ainda que branca, contra o imposto e o recrutamento e que deixasse se instaurar nos sertões um foco de promiscuidade, refúgio de bandidos e fanatismo.

Canudos, como outros tantos equívocos, resultou numa tragédia. É expressivo que houve muitas deserções e não só da polícia estadual – o que seria de esperar – mas como atesta o veraz Macedo Soares – do próprio Exército. Esses desertores, esses sim, treinavam os jagunços no armamento moderno. A 4ª Expedição comandada pelo General Arthur Oscar, “florianista roxo”, ao que se dizia, compreendia 8 mil homens e pesada artilharia. Ainda assim, no meio da refrega, o general comandante requisitou mais 5 mil homens. As


tropas eram mal instruídas, mal pagas. O recrutamento para a guerra de Canudos era considerado punição. Desertores eram mandados para essa guerra. Mais de duzentas mulheres, conhecidas como vivandeiras, seguiram a tropa, criando não poucos problemas. Meninos a partir de 13 anos eram recrutados e bom número deles de 14 anos foi morto durante o conflito. Tudo isso explica que, apesar da imponente máquina de guerra, a solução tivesse tardado tanto. A ponto de um coronel do interior ter escrito ao Barão de Geremoabo: *Não existe por acaso um único general capaz de lidar com essa questão das beatas?*

Aqui nos detemos, no limiar da luta, tecida, de parte a parte de heroísmos e crueldades. Ao facão dos jagunços os soldados responderam com a degola co-

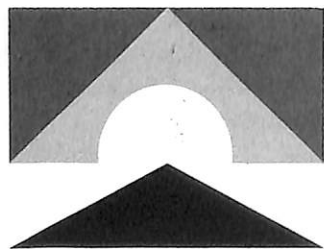
letiva dos prisioneiros, em frente às mulheres e filhos. Esse método de eliminação de prisioneiros, importado do Sul, tornou-se corrente, com o banditismo, no Nordeste e em outras partes.

Canudos, como outros tantos conflitos fratricidas, como a Guerra Civil americana, deixou cicatrizes, é uma *pierre d'achoppement*, uma encruzilhada histórica. Do episódio não convalecemos inteiramente ainda divididos em conselheiristas e anti-conselheiristas. Pode-se especular sobre o destino do arraial não fora a brutal intervenção do Exército. Certamente, cresceria com a paranóia do seu líder. A necessidade de suprir a população de alimentos levaria a sucessivos ataques às fazendas vizinhas, como já acontecia, agravando o conflito entre o Conselheiro e os grandes proprietários. Difi-

cil imaginar que o reduto messiânico se transformasse numa utopia republicana.

De um morro de Canudos, de toponímia inspirada em arbusto da região, o Rio herdou o termo favela, trazido pelas tropas aqui acampadas. Generalizou-se a designação a conjuntos de barracos desurbanizados, habitados por gente pobre, sem eira nem beira, escrava da miséria, do tóxico e do crime, sem nenhuma Nova Jerusalém para onde migrar. Não esperam o resgate que a demagogia volta e meia lhes promete, nem anuncia o Conselheiro que as salve. *Canudos*, escreveu Euclides, *Canudos não se rendeu*. Com a mesma obstinação, essas comunidades resistem na sua luta pelo trabalho e pelo pão, esperando apontar no horizonte o novo messias, a nova promessa incumprida. 

Governo ruim custa caro para o cidadão. A sociedade requer quadros técnicos e políticos mais preparados, intelectual e moralmente, para se dedicar à função-Governo. Sensível a essas preocupações, a UFRJ decidiu criar a ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO voltada exatamente para o aperfeiçoamento daqueles que formulam, gerem e interpretam políticas públicas - em nível federal, estadual e municipal - relacionadas aos três poderes da República.



Escola de Políticas Públicas e Governo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**A sala de aula dos líderes brasileiros.**